CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DE SÃO PAULO
Rua Capote Valente, 487 - Bairro Jardim América - CEP 05409-001 - São Paulo - SP - www.crfsp.org.br

EDITAL DE CONTRATAÇÃO - Nº 1611715/2026 - CRF-SP/CRF-SP/DLC

PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI Nº CRFSP26.6.000030896-2

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 37/2026

EXCLUSIVA PARA ME/EPP/EQUIPARADAS

O **CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DE SÃO PAULO (CRF-SP)** , autarquia instituída pela Lei Federal nº 3.820, de 11 de novembro de 1960, inscrito no CNPJ sob o nº 60.975.075/0001-10, localizado na Rua Capote Valente, 487, Jardim América, São Paulo/SP, CEP 05.409-001, por intermédio de sua Coordenadora de Licitações e Contratos, torna público, para conhecimento de quantos possam interessar, que realizará "**DISPENSA DE LICITAÇÃO"**, na forma **"ELETRÔNICA"**, com critério de julgamento **"MENOR PREÇO"**, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133/2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021, e demais legislação aplicável.

DIA DA SESSÃO: 27 de novembro de 2026

HORÁRIO DA FASE DE LANCES: 08:00 às 14:00

ENDEREÇO ELETRÔNICO: https://www.gov.br/compras/pt-br/

CÓDIGO UASG: 389461

Baixe o APP Compras.gov.br e apresente sua proposta!

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1. O objeto do presente procedimento é a escolha da proposta mais vantajosa a aquisição, por dispensa de licitação, de materiais elétricos, hidráulicos e rodapés, destinados à conservação e manutenção de bens móveis e imóveis e à formação de estoque no almoxarifado, bem como de nível a laser com tripé, destinado às atividades do Departamento de Manutenção e Infraestrutura Predial do Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo - CRF-SP, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

1.2. A contratação será dividida em itens/grupos, conforme tabela constante do Termo de Referência.

1.2.1. Havendo mais de um item ou grupo faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse. Entretanto, optando-se por participar de um lote, deve o fornecedor enviar proposta para todos os itens que o compõem.

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA

2.1. A participação na presente dispensa eletrônica ocorrerá por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, ferramenta informatizada integrante do Sistema de Compras do Governo Federal – Compras.gov.br, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, no endereço eletrônico www.gov.br/compras.

2.1.1. O procedimento será divulgado no Compras.gov.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Registro Cadastral Unificado – Sicaf, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

2.1.2. O Compras.gov.br poderá ser acessado pela web ou pelo aplicativo Compras.gov.br.

2.1.3. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

2.2. A presente dispensa de licitação é destinada a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 49, inciso IV, c/c o art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

2.2.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização do procedimento, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.2.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

2.3. Não poderão participar desta dispensa de licitação os fornecedores:

2.3.1. Que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

2.3.2. Sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

2.3.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.3.4. Que se enquadrem nas seguintes vedações:

a) Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

b) Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

c) Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

d) Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

e) Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

f) Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista

2.3.4.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

2.3.4.2. O disposto na alínea “c” também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

2.3.5. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e

2.4. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da dispensa eletrônica ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

3.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica ocorrerá com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, **exclusivamente** por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.

3.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços;

3.4.1. A proposta deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.4.2. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

3.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

3.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias,** a contar da data de sua apresentação.

3.9. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar Termo de Aceitação, em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

3.9.1. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.9.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

3.9.3. Que se responsabiliza pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo-as como firmes e verdadeiras;

3.9.4. Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.

3.9.5. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

3.10. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

4. FASE DE LANCES

4.1. A partir da data e horário estabelecidos neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

4.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

4.2.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

4.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou percentual de desconto superior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

4.3.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

4.3.2. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de **1% (um por cento)**.

4.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

4.5. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

4.6. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.

4.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento,

com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

4.7.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

5. JULGAMENTO E ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS

5.1. Encerrada a fase de lances, quando a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou abaixo do desconto definido para a contratação, o agente de contratações poderá negociar condições mais vantajosas.

5.1.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o menor preço ou o maior desconto, para que seja obtida a melhor proposta compatível em relação ao estipulado pela Administração.

5.1.1.1. O fornecedor será convocado, por meio do sistema, para negociar do preço. Caso não atendimento à convocação dentro do prazo estipulado pelo agente de contratações, **de no mínimo 15 (quinze) minutos**, o fornecedor será desclassificado do certame, sendo, então, convocado o subsequente para a negociação.

5.1.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou abaixo do desconto definido para a contratação.

5.2. Em qualquer caso, concluída a negociação, se houver, o resultado será divulgado a todos e registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.

5.3. Constatada a compatibilidade entre o valor da proposta e o estipulado para a contratação, será solicitado, ao fornecedor o envio da proposta adequada ao último lance ofertado ou ao valor negociado, se for o caso, acompanhada dos documentos complementares, quando necessários, **no prazo de 2 (duas) horas para a apresentação, contados da convocação no sistema**.

5.3.1. É facultado ao agente de contratações prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.4. Encerrada a etapa de negociação, se houver, o agente de contratações verificará se o fornecedor provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e nos itens 2.3 e seguintes deste Aviso, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no processo de contratação direta ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e Cadastro Nacional de Empresas

Punidas (CNEP), mantidos pela Controladoria-Geral da União;

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ;

d) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU;

5.4.1. A consulta aos cadastros de fornecedor pessoa jurídica, constantes nas alíneas “b”, “c” e “d” poderá ser substituída pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

5.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992.

5.6. Caso conste na Consulta de Situação do fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o órgão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

5.6.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

5.6.2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

5.6.3. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

5.7. Verificadas as condições de participação, o gestor examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Aviso de Contratação Direta e em seus anexos.

5.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

5.8.1. Contiver vícios insanáveis;

5.8.2. Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

5.8.3. apresentar preços inexequíveis ou que permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

5.8.4. Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

5.8.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

5.9. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

5.9.1. For insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

5.9.2. Apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

5.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o fornecedor comprove a exequibilidade da proposta.

5.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

5.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

5.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

5.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

5.13. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

5.14. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

5.15. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, será iniciada a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

6. HABILITAÇÃO

6.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação, **nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021**, constam do Termo de Referência e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado na fase de lances.

6.2. A habilitação dos fornecedores será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

6.2.1. **É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.**

6.2.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

6.3. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares, indispensáveis à confirmação dos já apresentados para a habilitação, ou de documentos não constantes do SICAF, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, por meio do sistema, **no prazo de 2 (duas) horas para a apresentação, contados da convocação no sistema**, sob pena de inabilitação. (art. 19, § 3º, da IN Seges/ME nº 67, de 2021).

6.3.1. É facultado ao agente de contratações prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

6.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

6.6. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

6.7. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

6.8. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

6.9. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

6.9.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação

6.10. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

7. CONTRATAÇÃO

7.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

7.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

7.2.1. O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

7.3. O aceite da nota de empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

7.3.1. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

7.3.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

7.3.3. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21, e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

7.4. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

7.5. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

8. INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

8.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

8.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

8.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

8.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

8.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

8.1.2.4. Deixar de apresentar amostra;

8.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

8.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

8.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

8.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

8.1.5. Fraudar a licitação

8.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

8.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

8.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

8.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

8.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

8.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

8.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

8.2.1. Advertência;

8.2.2. Multa;

8.2.3. Impedimento de licitar e contratar e

8.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

8.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.

8.3.2. As peculiaridades do caso concreto

8.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes

8.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública

8.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, a contar da comunicação oficial.

8.4.1. Para as infrações previstas nos itens nos itens 8.1.1, 8.1.2 e 8.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

8.4.2. Para as infrações previstas nos itens 8.1.4, 8.1.5, 8.1.6, 8.1.7 e 8.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

8.4.3. Na aplicação da multa, serão aplicadas as devidas correções monetárias mediante uso do índice INPC/IBGE, levando-se em conta o mês do fato gerador como data inicial, e o último índice divulgado como data final, no momento da aplicação da penalidade, nos termos do artigo 16, §4º da Portaria CRF-SP nº 03, de 2024.

8.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

8.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 8.1.1, 8.1.2 e 8.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três)

anos.

8.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 8.1.4, 8.1.5, 8.1.6, 8.1.7 e 8.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 8.1.1, 8.1.2 e 8.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

8.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 8.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

8.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

8.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

8.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

8.15. A aplicação das sanções previstas neste edital realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante, observando-se o procedimento previsto na Portaria CRF-SP nº 03, de 2024, **inclusive quanto uso de intimações eletrônicas por meio do Sistema de Eletrônico de Informação - SEI**.

8.16. **As infrações e penalidades dispostas nesse tópico se referem especialmente às disposições da licitação, ficando no Termo de Referência e/ou contrato os regramentos inerentes à atos praticados no decorrer da contratação / execução.**

9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

9.1.1. Republicar o presente aviso com uma nova data;

9.1.2. Valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

9.1.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

9.1.3. Fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

9.2. As providências dos subitens 9.1.1 e 9.1.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

9.3. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

9.4. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

9.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

9.6. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

9.7. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.8. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

9.9. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

9.10. O fornecedor interessado tem ciência que em razão do art. 7º, §3º, da Lei nº 13.709/2018, os dados pessoais contidos nos documentos anexados ao processo (documentos de habilitação, certidões, proposta comercial etc.) serão divulgados no portal da transparência do CRF-SP e, se necessário, em outros sistemas utilizados pela autarquia, independentemente de autorização prévia.

9.11. Os autos do processo permanecerão disponíveis para vista aos interessados, em formato digital, por meio do Sistema Eletrônico de Informações – SEI, observados os procedimentos para solicitação de acesso aos autos, disponíveis no seguinte endereço eletrônico: https://portal.crfsp.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=13411

9.12. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

9.13. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

9.14. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

9.14.1. ANEXO I – Termo de Referência;

9.14.2. ANEXO II – Modelo de Proposta Comercial;

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

---

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição de materiais elétricos, hidráulicos e rodapés, destinados à conservação e manutenção de bens móveis e imóveis e à formação de estoque no almoxarifado, bem como de nível a laser com tripé, destinado às atividades do Departamento de Manutenção e Infraestrutura Predial do Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo - CRF-SP**,** conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

1.2. A contratação está estruturada em grupos, correspondentes aos Grupos 1 a 3, e em item individual, correspondente ao Item 19, conforme indicado na tabela-resumo a seguir. **Os licitantes deverão atender às especificações técnicas mínimas obrigatórias previstas no item 3 do Anexo I – Termo de Referência, sob pena de desclassificação da proposta.**

GRUPO 1 – MATERIAL ELÉTRICO

ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	QUANT.
1	483315	CABO ELÉTRICO - 2,5MM² - AZUL	200 m
2	600036	LÂMPADA LED - T8 18W	100 unid
3	627928	PAINEL LED SOBREPOR - 40x40	75 unid

4	624051	PAINEL LED SOBREPOR - 30X30 - 24W	18 unid
5	624050	PAINEL LED SOBREPOR - 20x20 - 18W	15 unid
6	426453	LUMINÁRIA DE EMERGÊNCIA	30 unid
7	373596	MÓDULO DE TOMADA ELÉTRICA - 2P+T 20A - BRANCO	5 unid
8	418902	MÓDULO DE TOMADA ELÉTRICA - 2P+T 10A - BRANCO	10 unid
9	456105	MÓDULO DE INTERRUPTOR ELÉTRICO SIMPLES	5 unid
10	456117	ESPELHO 4X2" - PARA 1 MÓDULO	15 unid
11	437733	ESPELHO ELÉTRICO - 4x2" - 3 MÓDULOS	5 unid
12	326748	ESPELHO ELÉTRICO - 4X2" - CEGO	5 unid
13	426917	SUPORTE ELÉTRICO - 4X2"	25 unid

GRUPO 2 - MATERIAL HIDRÁULICO

ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	QUANT.
14	616677	SIFÃO UNIVERSAL - BRANCO	10 unid
15	457636	ASSENTO SANITÁRIO UNIVERSAL BRANCO	15 unid
16	398129	KIT COMPLETO UNIVERSAL CAIXA ACOPLADA	10 unid

GRUPO 3 - NIVEL E TRIPÉ

ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	QUANT.
17	600320	NÍVEL A LASER AUTOMÁTICO PROFISSIONAL	1 unid
18	402673	TRIPÉ TELESCÓPICO PARA NÍVEL A LASER	1 Unid

ITEM 19 - RODAPÉ

ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	QUANT.
19	484704	RODAPÉ POLIESTIRENO - 10CM	80 m

1.3. **Juntamente com a proposta a licitante poderá anexar DOCUMENTOS OFICIAIS DO FABRICANTE, tais como: prospectos, ficha técnica, catálogos, folders ou indicação no site do fabricante, para melhor avaliação do produto e do atendimento às especificações técnicas. Caso a licitante não apresente tais documentos ou a proposta contenha dados insuficientes para a sua avaliação, poderão ser solicitados documentos complementares ou realizada diligência.**

1.4. Havendo divergências entre as especificações do CATMAT e a constante neste Aviso de Dispensa Eletrônica, prevalecerá à última, salvo disposição expressa do agente de contratações.

1.5. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.6. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, pois possuem especificações usuais de mercado e padrões de qualidade definidas em Aviso de Dispensa Eletrônica, conforme estabelece o inciso XIII do art. 6º da Lei nº 14.133/2021.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. ITENS DE ALMOXARIFADO:

2.1.1. A presente solicitação se faz necessária de modo a atender a necessidade de conservação do espaço físico do CRF-SP. Os materiais serão mantidos em estoque com finalidade de atender a constante demanda para conservação não só do edifício sede, mas também das Seccionais e demais imóveis pertencentes a esta autarquia.

2.1.2. Dentre os serviços necessários previstos estão: reparos elétricos, iluminação, reparos hidráulicos e rodapé para substituição.

2.1.3. Os itens 7, 8, 9, 10, 11, 12 e 13 referentes a produtos elétricos, deverão ser da Marca PIAL LEGRAND, modelo PIAL PLUS MAIS, com finalidade de garantir padronização e encaixe nos espelhos elétricos existentes nos 10 pavimentos da Sede do CRF-SP e nas demais edificações desta autarquia.

2.1.4. Justificativa para o não parcelamento do objeto:

2.1.4.1. Os materiais foram agrupados por finalidade de uso, compreendendo os grupos de material elétrico, material hidráulico e rodapés, considerando a quantidade reduzida e o baixo valor individual dos itens. O agrupamento mostra-se mais vantajoso para a Administração, pois a realização de licitações individualizadas para itens de menor valor pode reduzir o interesse econômico dos potenciais fornecedores, aumentando o risco de itens desertos ou fracassados e, consequentemente, da necessidade de novas contratações.

2.1.4.2. Além disso, o agrupamento proporciona maior eficiência na logística de entrega, no recebimento, na conferência, no armazenamento e no controle contratual, reduzindo a quantidade de procedimentos administrativos e fornecedores a serem gerenciados. Dessa forma, o não parcelamento, nos grupos definidos, busca conciliar a ampliação da eficiência administrativa com a manutenção da competitividade do certame.

2.1.5. Justificativa para a padronização dos itens 7, 8, 9, 10, 11, 12 e 13

2.1.5.1. A padronização dos itens 7, 8, 9, 10, 11, 12 e 13, correspondentes a materiais elétricos (interruptores, tomadas, suportes e espelhos), decorre da necessidade de manter a compatibilidade dos componentes utilizados nas instalações prediais do CRF-SP, bem como estabelecer um padrão para as

futuras aquisições destinadas às atividades de manutenção e reposição.

2.1.5.2. Esclarece-se que os espelhos e mecanismos atualmente instalados na Sede do CRF-SP são predominantemente da linha Pial Plus, da fabricante PIAL LEGRAND, padrão historicamente adotado pela Administração. Entretanto, em razão da descontinuidade e da dificuldade de aquisição de componentes da linha anterior, a área técnica passou a adotar a linha Pial Plus+ como referência para as novas aquisições.

2.1.5.3. A adoção de um padrão único de componentes é necessária para assegurar a compatibilidade entre mecanismos, suportes e espelhos, considerando que produtos de linhas distintas, inclusive de um mesmo fabricante, não são necessariamente intercambiáveis. A aquisição de componentes incompatíveis pode ocasionar a necessidade de substituição de conjuntos inteiros, mesmo quando apenas uma peça apresentar defeito, gerando despesas adicionais e desperdício de materiais.

2.1.5.4. A padronização também proporciona maior eficiência na gestão do estoque do almoxarifado, uma vez que permite concentrar a aquisição e o armazenamento de componentes compatíveis entre si, evitando a necessidade de manter diferentes conjuntos de materiais de fabricantes ou linhas distintas. Essa medida reduz a diversidade de itens armazenados, facilita o controle de estoque e aumenta a disponibilidade de peças para atendimento das demandas de manutenção corretiva.

2.1.5.5. Sob o aspecto econômico e operacional, a adoção de um padrão permite que, em caso de defeito ou avaria de determinado componente, seja necessária apenas a substituição da peça correspondente, sem a troca integral do conjunto instalado. Além disso, a uniformização dos materiais facilita a reposição, reduz o risco de indisponibilidade de componentes específicos e contribui para a continuidade dos serviços de manutenção predial.

2.1.5.6. Em pesquisa de mercado realizada pela área técnica, foram identificadas limitações quanto à compatibilidade entre os produtos disponíveis e o padrão adotado pela Administração, especialmente em relação à integração entre mecanismos, suportes e espelhos da linha Pial Plus+. Dessa forma, a especificação técnica considera as características necessárias à compatibilidade dos componentes, não decorrendo de mera preferência comercial por determinado fabricante.

2.1.5.7. A indicação da linha Pial Plus+ tem, portanto, como finalidade estabelecer um padrão de reposição para as novas aquisições, observando as necessidades de compatibilidade, economicidade, racionalização do estoque e eficiência das atividades de manutenção.

2.1.5.8. Ressalta-se que a exigência de padronização não tem por objetivo restringir indevidamente a competitividade do certame, mas atender a uma necessidade técnica e operacional da Administração. Trata-se de produto disponível no mercado, comercializado por diversos fornecedores e revendedores, permitindo a participação de todos os interessados que atendam às condições estabelecidas no edital.

2.1.5.9. Ademais, a medida busca atender aos princípios da eficiência, da economicidade, do planejamento, da razoabilidade e da prevalência do interesse público, previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, considerando a necessidade de compatibilização dos componentes, racionalização do estoque e otimização dos recursos públicos destinados à manutenção predial.

2.2. NÍVEL A LASER E TRIPÉ TELESCÓPICO:

2.2.1. O Departamento de Manutenção e Infraestrutura Predial atua na manutenção e adequação das

instalações prediais, incluindo a substituição e adequação de luminárias em diferentes conjuntos do edifício-sede do CRF-SP. Nesse contexto, a execução dos serviços de manutenção e adequação das instalações requer a realização de medições, verificações e conferências relacionadas ao nivelamento, alinhamento e posicionamento de elementos construtivos e equipamentos, especialmente em intervenções envolvendo luminárias, divisórias, forros, portas, equipamentos e demais componentes das edificações.

2.2.2. A aquisição de um nível a laser permitirá maior precisão e agilidade na execução e conferência desses serviços, contribuindo para a padronização dos procedimentos, a qualidade dos acabamentos e a redução de retrabalhos. O equipamento também poderá ser utilizado nas demais atividades de manutenção e infraestrutura predial desenvolvidas pelo Departamento, ampliando sua utilidade para diferentes demandas de natureza corretiva, preventiva e de adequação dos imóveis sob sua responsabilidade.

2.2.3. A necessidade concreta da aquisição decorre, ainda, da realização de intervenções nos sistemas de iluminação do edifício-sede, destinadas à adequação dos níveis de iluminância e à padronização das diferentes tipologias existentes nos ambientes, sendo o equipamento pretendido uma ferramenta de apoio à correta instalação, alinhamento e posicionamento das luminárias.

2.2.4. Dessa forma, a aquisição mostra-se necessária para proporcionar ao Departamento ferramenta adequada à execução e fiscalização dos serviços de manutenção predial, conferindo maior precisão, eficiência e segurança às intervenções realizadas.

3. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS OBRIGATÓRIAS

3.1. Os materiais a serem adquiridos deverão ser duráveis e de fácil armazenamento, pois serão mantidos em estoque. Todos deverão ainda estar identificados e estarem armazenados com embalagens resistentes a empilhamento.

GRUPO 1 – MATERIAL ELÉTRICO

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.
1	CABO ELÉTRICO - 2,5MM² - AZUL - Cabo elétrico - de cobre nu, tempera mole, encordoamento classe a ou 5 tipo flexível - seção de 2,5 mm2; capa termoplástica anti-chama - tensão de isolamento de 450/750v - na cor azul - com selo Inmetro - com certificação compulsória Inmetro e norma ABNT NBR NM-247-3 - caixas/rolo com 100 metros - acondicionado em embalagem apropriada e resistente ao impacto e empilhamento - devidamente identificada com etiqueta colada, contendo nome do fornecedor, código e nome do produto, quantidade - marca de referência: Sil, Afumex Prysmian ou similar.	200 m
2	LÂMPADA LED - T8 18W - Lâmpada tubular LED T8 de 18W, 1200mm de comprimento (aproximado), temperatura de cor próximo a 6500k, bivolt, acabamento leitoso uniforme. Acondicionado em embalagem apropriada e resistente ao impacto e empilhamento - devidamente identificada com etiqueta colada, contendo nome do fornecedor, código e nome do produto, quantidade. Mínimo de 1850 lm. Marcas de Referência: Avant, Ourolux, FLC ou similar. Garantia: mínimo de 12 meses.	100 unid
3	PAINEL LED SOBREPOR - 40x40 - Painel LED de sobrepor quadrado, 40x40cm, do tipo backstage/backlight, com acabamento em pintura eletrostática na cor branca, bivolt, com temperatura de cor na faixa de 6000 a 6500K. Acompanhar kit de fixação. Mínimo de 3200 lumens. Marcas de Referência: Lumanti, G-light ou similar Garantia: mínimo de 12 meses	75 unid

4	PAINEL LED SOBREPOR - 30X30 - 24W - Painel LED de sobrepor quadrado, de 28,5x28,5cm a 31x31cm, com acabamento em pintura elestrostática na cor branca, de 24W a 25W, bivolt, com temperatura de cor na faixa de 6000 a 6500K. Vida útil mínima de 25.000h. Acompanhar kit de fixação. Garantia mínima de 12 meses. Marcas de Referência: Avant, Blumenau, Elgin ou similar.	18 unid
5	PAINEL LED SOBREPOR - 20x20 - 18W - Painel LED de sobrepor quadrado, de 20x20cm a 22,5x22,5cm, com acabamento em pintura elestrostática na cor branca, de 18W a 20W, bivolt, com temperatura de cor na faixa de 6000K. Vida útil mínima de 25.000h. Acompanhar kit de fixação. Garantia mínima de 12 meses	15 unid
6	LUMINÁRIA DE EMERGÊNCIA - Luminária de emergência, módulo mínimo de 30 LEDs, entrada bivolt automática 127v ou 220v, potência mínima de 2w, autonomia mínima de 3h, bateria recarregável, fluxo luminoso mínimo de 90 lúmens em alta. Garantia mínima de 12 meses. Marcas de Referência: Elgin, JNG ou similar	30 unid
7	MÓDULO DE TOMADA ELÉTRICA - 2P+T 20A – BRANCO - Módulo de tomada elétrica em termoplástico - com 2 polos + terra - na cor branca, 20A, 250V, para fixação em espelho elétrico. Deve ser compatível com grade e espelho da Pial Plus+. Modelo de referência 615060BC. Acondicionado em embalagem apropriada e resistente ao impacto e empilhamento - devidamente identificada. **(Para este item será aceita apenas marca padronizada, tendo em vista a justificativa constante neste termo de referência)**. Garantia: mínima de 12 meses	5 unid
8	MÓDULO DE TOMADA ELÉTRICA - 2P+T 10A – BRANCO - Módulo de tomada elétrica em termoplástico - com 2 polos + terra - na cor branca, 10A, 250v, para fixação em espelho elétrico. Deve ser compatível com grade e espelho da Pial Plus +. Modelo de referência cód. 615040BC. Acondicionado em embalagem apropriada e resistente ao impacto e empilhamento - devidamente identificada. **(Para este item será aceita apenas marca padronizada, tendo em vista a justificativa constante neste termo de referência)**. Garantia mínima de 12 meses	10 unid
9	MÓDULO DE INTERRUPTOR ELÉTRICO SIMPLES - Interruptor elétrico simples em termoplástico - de embutir - na cor branca - com capacidade elétrica de 10A - 250 V - de acordo com as normas NBR 60669-1 - acondicionado em embalagem apropriada e resistente ao impacto e empilhamento - devidamente identificada com etiqueta colada, contendo nome do fornecedor, código e nome do produto, quantidade - marca: Pial Plus + - código de produto 611000BC. **(Para este item será aceita apenas marca padronizada, tendo em vista a justificativa constante neste termo de referência)**. Garantia mínima de 12 meses	5 unid
10	ESPELHO 4X2" - PARA 1 MÓDULO - Espelho elétrico 4x2" - para 1 módulo de tomada horizontal- em termoplástico isolante, de alto impacto, cor: branca, protegido contra amarelamento precoce ocasionado pela ação de raios ultravioleta - para utilização no suporte 4x2" - acabamento fosco - acondicionado em embalagem apropriada e resistente ao impacto e empilhamento - devidamente identificada com etiqueta colada, contendo nome do fornecedor, código e nome do produto, quantidade - modelo: Pial Plus + cod. 618501BC. **(Para este item será aceita apenas marca padronizada, tendo em vista a justificativa constante neste termo de referência)**. Garantia mínima de 12 meses	15 unid

11	ESPELHO ELÉTRICO - 4x2" - 3 MÓDULOS - Espelho 4x2" para 3 tomadas/ teclas elétricas - em termoplástico isolante, de alto impacto, protegido contra amarelamento precoce ocasionado pela ação de raios ultravioleta - para utilização no suporte 4x2" - acabamento fosco - acondicionado em embalagem apropriada e resistente ao impacto e empilhamento - devidamente identificada com etiqueta colada, contendo nome do fornecedor, código e nome do produto, quantidade - modelo: Pial Plus + cod. 618503BC. **(Para este item será aceita apenas marca padronizada, tendo em vista a justificativa constante neste termo de referência)**. Garantia mínima de 12 meses	5 unid
12	ESPELHO ELÉTRICO - 4X2" – CEGO - Espelho 4x2" cego em termoplástico isolante, de alto impacto, na cor branca protegido contra amarelamento precoce ocasionado pela ação de raios ultravioleta - para utilização no suporte 4x2" - acabamento fosco - acondicionado em embalagem apropriada e resistente ao impacto e empilhamento - devidamente identificada com etiqueta colada, contendo nome do fornecedor, código e nome do produto, quantidade - modelo: Pial Plus + cod. 618500BC. **(Para este item será aceita apenas marca padronizada, tendo em vista a justificativa constante neste termo de referência)**. Garantia mínima de 12 meses	5 unid
13	SUPORTE ELÉTRICO - 4X2" - Suporte 4 x 2" para instalação de espelhos elétricos, módulos de interruptores e tomadas da linha Pial Plus +. Acondicionado em embalagem apropriada e resistente ao impacto e empilhamento - devidamente identificada com etiqueta colada, contendo nome do fornecedor, código e nome do produto, quantidade. Modelo: Pial Plus +, código de produto 612122NT. **(Para este item será aceita apenas marca padronizada, tendo em vista a justificativa constante neste termo de referência)**. Garantia mínima de 12 meses	25 unid

GRUPO 2 - MATERIAL HIDRÁULICO

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.
14	SIFÃO UNIVERSAL – BRANCO - Sifão sanfonado universal branco sem copo. Acondicionado em embalagem apropriada e resistente ao impacto e empilhamento - devidamente identificada com etiqueta colada, contendo nome do fornecedor, código e nome do produto, quantidade.	10 unid
15	ASSENTO SANITÁRIO UNIVERSAL BRANCO - Tampa e assento para vaso sanitário universal, na cor branca, confeccionados em polietileno pelo processo de moldagem por sopro, com acabamento liso, resistente e de fácil higienização. O conjunto deverá atender, no mínimo, às seguintes características: Tampa e assento na cor branca; Tampa com dimensões e formato compatíveis com bacias sanitárias de modelo universal, devendo a tampa cobrir integralmente o assento quando fechada; Assento com a parte inferior da almofada aberta, de modo a evitar o fechamento da estrutura e a consequente formação de bordas ou pontos de contato que possam causar desconforto ao usuário durante o uso, Sistema de fixação confeccionado em nylon injetado, na cor branca, resistente à corrosão e à umidade; Sistema de fixação com pivô articulado, permitindo o giro do parafuso de fixação, com seção circular; Porcas de fixação com duas ou três aletas, em formato de cunha, permitindo ajuste e adequada fixação aos furos da bacia sanitária; Conjunto fornecido completo, incluindo todos os componentes necessários à instalação. Marcas de referência Tupan, Lorenzetti, Durace ou similar	15 unid
16	KIT COMPLETO UNIVERSAL CAIXA ACOPLADA - Kit completo universal para caixa acoplada dual flush. Deve comportar alta e baixa pressão, com sistema de regulagem de altura de bóia e com anel de vedação. Marcas de referência: Censi, Astra, Blukit ou similar.	10 unid

GRUPO 3 – NIVEL A LASER E TRIPÉ

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.
17	NÍVEL A LASER AUTOMÁTICO PROFISSIONAL - Laser de linhas verdes - classe 2; Mínimo de 02 (duas) linhas cruzadas (horizontal e vertical); Alcance mínimo 15m sem receptor/detector; Autonivelamento: automático, com faixa de autonivelamento de no mínimo ±4°; Precisão de nivelamento: no máximo ±0,35 mm/m (horizontal e vertical); Grau de proteção IP54 ou superior; Bloqueio de pêndulo para transporte e armazenamento; Possuir indicação de condição fora da faixa de autonivelamento. Fixação: deverá possuir base magnética integrada ou sistema de fixação magnética que permita a fixação segura do equipamento em estruturas metálicas; Compatibilidade com tripé: deverá possuir rosca ou sistema de fixação compatível com tripé, nos padrões 1/4" e/ou 5/8", permitindo a utilização do equipamento em tripé apropriado; Itens inclusos: Manual de instruções original do fabricante, impresso e em língua portuguesa; Termo de garantia, impresso e em língua portuguesa; Relação ou indicação dos canais de assistência técnica autorizada do fabricante no Brasil; Maleta ou bolsa para transporte e armazenamento; Suporte com sistema de fixação magnética, quando a o equipamento não possuir base magnética integrada; Garantia mínima do fabricante: 12 (doze) meses; Marcas/modelos de referência: DeWalt DW088CG; Bosch GCL 2-15 G; Similares.	1 unid
18	TRIPÉ TELESCÓPICO PARA NÍVEL A LASER - Tripé telescópico para utilização com nível a laser, com estrutura em alumínio; Base ou sistema de fixação compatível com o nível a laser ofertado no Item 17; Altura regulável até, no mínimo, 1,20 m; Ajuste telescópico de altura com sistema de travamento; Possuir nível bolha integrado; Possuir sapatas antiderrapantes nas extremidades das pernas; Possuir regulagem fina por manivela; Itens inclusos: Manual de instruções original do fabricante, impresso e em língua portuguesa; Termo de garantia, impresso e em língua portuguesa; Garantia mínima do fabricante: 90 (noventa) dias; Marcas/modelos de referência: Cortag TRA-500; Ingco HLLT01152; Stanley-1-77-201;	1 Unid

3.2. Os equipamentos ofertados para o GRUPO 3 deverão obedecer aos seguintes critérios:

3.2.1. Ser compatíveis entre si, de modo que o nível a laser e o tripé possam ser utilizados conjuntamente, garantindo o adequado funcionamento do conjunto e o atendimento à finalidade pretendida;

3.2.2. Atender aos padrões e legislação brasileira, ser originais de fábrica e novos (sem uso, reforma ou recondicionamento);

3.2.3. Ser entregue com os acessório(s) original(is) do fabricante necessários ao perfeito funcionamento do mesmo;

3.2.4. Ser entregue em sua embalagem original de fábrica, lacrada, utilizadas para a sua regular

comercialização, em perfeito acondicionamento, de forma a permitir completa segurança quanto a sua originalidade e integridade. Não serão aceitas embalagens não lacradas, amassadas, danificadas ou com marca de impacto.

ITEM 19 - RODAPÉ

ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	QUANT.
19	484704	RODAPÉ POLIESTIRENO - 10CM - com 10 cm de altura, na cor branca, com acabamento liso, sem frisos, relevos ou desenhos. Barra mínima de 2m. Quantidade considerada por metro linear.	80 m

3.3. Para atendimento dos critérios e práticas de sustentabilidade desta autarquia, as embalagens dos produtos a serem adquiridos deverão ser recicláveis.

4. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

4.1. O prazo de entrega dos bens será o indicado a seguir, em remessa única, contado a partir do envio da Ordem de Compra pelo CRF-SP, por correio eletrônico (e-mail).

a) 10 dias úteis, para os grupos 1 – Material elétrico e grupo 2 – material hidráulico, bem como para o item 19

b) 15 dias úteis, para os grupos 3 – nível a laser e tripé

4.1.1. O prazo de entrega poderá ser prorrogado, por igual período, mediante solicitação por escrito, devidamente justificada e aprovada pela Administração, com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis do termino do prazo estabelecido para entrega.

4.2. A **ENTREGA** e o **FATURAMENTO** deverão ocorrer conforme dados abaixo:

SEDE do CRF-SP

Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo – CRF-SP

CNPJ: 60.975.075/0001-10

Rua Capote Valente, 487 – Térreo – Jd. América

CEP 05409-001 - São Paulo – SP

Departamento de Manutenção e Infraestrutura Predial - MIP (6º Andar) - A/C Erick, Priscila ou José Antônio

Horário para entrega: de segunda a sexta-feira das 08h30 às 17h30

4.3. Os produtos entregues deverão seguir rigorosamente as mesmas marcas/modelos/fabricantes daqueles aprovadas/homologados e atender às especificações técnicas do item 3 descritas no Anexo I - Termo de Referência deste Aviso de Dispensa Eletrônica.

4.3.1. Pedido de alteração do produto somente será analisada mediante solicitação formal, devidamente justificada, para avaliação e aprovação do Departamento Gestor. Deverá ainda ser comprovado o atendimento das especificações técnicas e da compatibilidade de preço. O produto oferecido em substituição deverá ser de qualidade igual ou superior ao homologado.

4.4. O recebimento dos itens será provisório, para posterior análise da conformidade e verificação da compatibilidade com as especificações do Termo de Referência, Ordem de Serviços e Proposta Comercial, possuindo a Contratante, a contar da data da entrega dos itens, o prazo total de 3 (três) dias úteis para avaliação e emissão de validação do recebimento definitivo, via e-mail.

4.4.1. Caso sejam constatadas incompatibilidades técnicas, apontadas no recebimento provisório ou definitivo com ressalvas, a Contratada terá o prazo de até 5 (cinco) dias úteis para providenciar a correção das falhas ou substituição dos produtos. Neste caso, a Contratante terá novo prazo para verificar as correções, nos termos do item 4.4.

4.4.2. Caso não haja a adequação do objeto dentro dos padrões contratado, poderão ser aplicadas as penalidades previstas no edital.

4.4.3. O prazo supramencionado poderá ser prorrogado, por até igual período, devidamente formalizado, por liberalidade da Administração.

5. GARANTIA DO PRODUTO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA (OFERTADA PELO FABRICANTE)

5.1. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.2. ITENS DE ALMOXARIFADO (GRUPO 1 – MATERIAL ELÉTRICO E GRUPO 2 – MATERIAL HIDRÁULICO):

5.2.1. A Contratada concederá à Contratante garantia integral, ofertada pelo fabricante, com prazo mínimo de 3 (três) meses para os materiais não mencionados. Para os demais, seguirá indicação item a item. As garantias contarão a partir da data de emissão da nota fiscal, contra qualquer defeito de fabricação que o produto venha a apresentar, incluindo avarias no transporte até o local de entrega, vício de qualidade, etc., mesmo depois de ocorrida sua aceitação/aprovação pelo CRF-SP.

5.2.1.1. A garantia inclui a manutenção, substituição de componentes (por originais), mão de obra ou substituição integral do equipamento, por produto de natureza igual ou superior, no termo do art. 18 da Lei 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor – CDC), sem qualquer ônus ao Contratante.

5.2.2. Tratando-se de vício oculto, o prazo de garantia inicia-se a partir do momento em que se evidenciar o defeito.

5.3. NÍVEL A LASER E TRIPÉ TELESCÓPICO (GRUPO 3):

5.3.1. Os equipamentos adquiridos devem possuir garantia integral, ofertada pelo fabricante, pelo prazo mínimo de 12 (doze) meses para o item 17 e 90 (noventa) dias para o item 18, atendendo a legislação

brasileira aplicável, abrangendo quaisquer defeitos de fabricação que o produto venha a apresentar, incluindo avarias no transporte até o local de entrega, vício de qualidade etc., ainda que constatados após o recebimento e a aprovação pelo CRF-SP.

5.3.1.1. A garantia inclui a manutenção, substituição de componentes (por originais), mão de obra ou substituição integral do equipamento, por produto de natureza igual ou superior, no termo do art. 18 da Lei 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor – CDC), sem qualquer ônus ao Contratante.

5.3.2. Tratando-se de vício oculto, o prazo de garantia inicia-se a partir do momento em que se evidenciar o defeito.

5.3.3. O prazo de garantia será contado da data de emissão da nota fiscal, comprometendo-se o Contratado a efetuar a remessa dos equipamentos imediatamente após a emissão do documento fiscal.

5.3.4. O fabricante deve dispor de assistência técnica credenciada na Cidade de São Paulo, ou prestar atendimento por meio de transportadora (logística reversa), ou qualquer outro meio não oneroso ao Contratante para remessa do produto para realização dos serviços abrangidos pela garantia.

5.3.5. Não será aceita garantia ofertada diretamente pelo Contratado ou por terceiros.

5.3.6. Das condições da assistência técnica:

5.3.7. O fabricante deve possuir rede de assistência técnica que possibilita atendimento, sem qualquer restrição e à livre escolha do local por parte do Contratante, em situações não cobertas pela garantia ou após o encerramento do prazo estabelecido no item 4.1 deste anexo, de forma a possibilita o perfeito funcionamento do equipamento com serviços e incorporação de peças originais e recomendadas pelo fabricante (Ex. troca de engrenagens, rolamentos, peças de desgastes naturais, carcaça, mandril, motor etc). Nessa situação, todos os custos de execução serão pagos pelo Contratante em conformidade com as práticas de mercado.

5.3.8. A Administração poderá a qualquer momento solicitar esclarecimentos e documentos que comprovem a procedência do equipamento e sua originalidade, ou ainda, aqueles que comprovem o atendimento dos requisitos deste Anexo.

5.4. Para todos os itens: Os casos omissos serão resolvidos em conformidade com a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), e com as demais normas legais e regulamentares aplicáveis, observadas as disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, quando pertinentes.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. São obrigações da Contratante:

6.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

6.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Aviso de Dispensa Eletrônica e seus anexos;

6.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

6.1.4. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Aviso de Dispensa Eletrônica e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

6.1.5. Comunicar a empresa para emissão de nota fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.6. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Aviso de Dispensa Eletrônica e seus anexos;

6.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste contrato;

6.1.8. Cientificar a Consultoria Jurídica para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

6.1.9. Exercer a fiscalização dos serviços através de comissão/servidores especialmente designados, verificando se no desenvolvimento dos trabalhos, estão sendo cumpridos os serviços e especificações previstas no edital, no termo de referência, na proposta e no contrato, de forma satisfatória, e documentando as ocorrências;

6.1.10. Manter equipe interna à disposição do Contratado para acompanhamento, participação em reuniões (presenciais ou via teleconferência), fornecimento de informações e esclarecimentos quanto às diretrizes do trabalho;

6.1.11. Prestar as informações e os esclarecimentos que solicitados pelo Contratado, quando necessários à execução do objeto.

6.1.12. Notificar, por escrito, a Contratada, quanto à ocorrência de eventuais imperfeições no curso do fornecimento e/ou no objeto do contrato, fixando prazo para a sua correção

6.1.13. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial quanto à aplicação de sanções e alterações do mesmo.

6.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Aviso de Dispensa Eletrônica, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

7.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições de uso, em conformidade com as especificações técnicas, os prazos e o local estabelecidos no Aviso de Dispensa Eletrônica e em seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual deverão constar, quando aplicáveis, a marca, o fabricante, o modelo, a procedência e o prazo de garantia ou de validade do produto.

7.1.2. Cumprir as condições e prazos dispostos no Aviso de Dispensa Eletrônica;

7.1.3. Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo Contratante, quanto à execução dos serviços contratados e dos itens fornecidos;

7.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

7.1.5. Ressarcir os eventuais prejuízos causados ao Contratante ou terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas por seus empregados ou prepostos na execução dos serviços ou na entrega dos itens contratados;

7.1.6. Responsabilizar-se por todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução dos serviços contratados, tais como laudos, vistorias, salários, transporte, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, bem como indenizações e quaisquer outros custos que sejam devidos aos seus empregados ou prepostos, em razão do desempenho dos serviços contratados;

7.1.7. Cumprir rigorosamente toda a legislação aplicável à execução dos serviços contratados;

7.1.8. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

7.1.9. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

7.1.10. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na dispensa eletrônica;

7.1.11. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

7.1.12. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial quanto à aplicação de sanções e alterações do mesmo.

7.1.13. Aceitar, nas mesmas condições da proposta adjudicada, os acréscimos ou supressões do objeto licitado nos limites estabelecidos no artigo 125 da Lei nº 14.133/2021.

8. SUBCONTRATAÇÃO

8.1. É vedada a subcontratação no todo ou em parte do objeto desta contratação, sob pena de rescisão contratual.

9. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

9.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na dispensa eletrônica original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

10. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

10.1. Não obstante a contratada seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, ao CRF-SP é reservado o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, por funcionário indicado, podendo para isso:

10.1.1. Acompanhar os serviços que serão executados pela Contratada, em qualquer de suas fases, sem prévia comunicação.

10.1.2. Promover as diligências necessárias de forma a acompanhar a execução do contrato;

10.1.3. Tomar a decisão final em todos e quaisquer assuntos relativos ao objeto contratado, levando-se em conta a experiência, opiniões e sugestões da Contratada;

10.1.4. Observar para que durante toda a vigência do contrato, seja mantida a compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificações exigidas na contratação.

10.2. É assegurada ao Contratante a faculdade de exigir, a qualquer tempo, da Contratada, documentação que comprove o correto e tempestivo pagamento de todos os encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais e comerciais decorrentes da execução deste contrato.

10.3. A fiscalização e acompanhamento dos serviços prestados pela Contratada serão feitos pelo Departamento de Manutenção e Infraestrutura Predial - MIP, que reclamará junto ao representante ou preposto indicado a regularização das eventuais falhas ou irregularidades que forem verificadas, comunicando à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência, tudo sem prejuízo das penalidades que se mostrarem cabíveis.

10.4. Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

10.4.1. O recebimento de material ou dos serviços será realizado em conformidade com o estabelecido nas Seção I a V do Capítulo III da Portaria CRF-SP nº 42, de 18 de setembro de 2023.

10.5. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.6. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10.7. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

11. PAGAMENTO

11.1. O pagamento será realizado após a completa execução dos serviços e/ou entrega dos itens, no prazo máximo de até 21 (vinte e um) dias, contados a partir do recebimento da nota fiscal ou fatura, creditada em conta bancária da Contratada, mediante atesto do departamento gestor do contrato.

11.1.1. Caso seja devolvida por qualquer irregularidade quanto ao atesto ou documental/fiscal novo prazo de 21 (vinte e um) dias será contado a partir de sua reapresentação, sem qualquer ônus para o Contratante, independentemente da data de vencimento.

11.2. A nota fiscal poderá ser substituída por fatura ou documento equivalente, observada a legislação aplicável.

11.3. No campo para descrição na nota fiscal a Contratada deverá informar os dados bancário para depósito, fazendo constar o banco, número da agência e conta corrente ou poupança, caso a Contratada opte por esta forma de pagamento.

11.3.1. Em caso de pagamento via boleto, a empresa deverá observar as retenções previstas nos subitens abaixo.

11.4. Para emissão da nota fiscal, a Contratada deverá observar a legislação fiscal vigente e suas alterações subsequentes, especialmente a Instrução Normativa nº 1.234/2012 da Receita Federal, e suas alterações, que dispõe sobre a retenção de tributos e contribuições nos pagamentos efetuados pelas pessoas jurídicas que menciona a outras pessoas jurídicas pelo fornecimento de bens e serviços (http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?idAto=37200&visao=anotado), devendo fazer constar no campo próprio da nota fiscal os percentuais de descontos e retenções.

11.4.1. Caso a empresa seja optante pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), de que trata o artigo 12 da Lei Complementar nº 123/2006, em relação às suas receitas próprias, deverão, juntamente

com a nota fiscal para pagamento, apresentar devidamente preenchido o Anexo IV da instrução Normativa a que se refere o item anterior.

11.5. Além do disposto no subitem acima, a Contratada também deverá observar a Lei Complementar nº 116/2003, relativa ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), bem como observar os regulamentos do município correspondente no qual a empresa é prestadora de serviços, bem como no município do estabelecimento tomador dos serviços (ou seja, do município da unidade contratante) para que as notas fiscais sejam devidamente escrituradas e o recolhimento ocorra em conformidade às disposições legais, considerando o prazo constante do item 11.1, devendo o mesmo considerar também o vencimento do recolhimento do referido imposto e fazer o percentual correspondente constar do campo próprio da nota fiscal.

11.5.1. No caso de prestação de serviços, sujeitos à retenção de ISS, a nota fiscal que não for entregue ao Contratante dentro do próprio mês da prestação, deve ser entregue até o 1º (primeiro) dia útil do mês subsequente, sob pena de arcar com os ônus decorrentes, conforme disposto no subitem abaixo.

11.5.2. Caso a Contratada não observe o prazo para recolhimento do ISS e o término da contagem do prazo disposto no subitem acima ultrapasse o prazo para recolhimento do mesmo, o valor de possíveis penalidades, multas e afins, serão abatidos do valor líquido a ser pago à empresa, não sendo o Contratante onerado com tais custos de forma alguma.

11.6. A nota fiscal ou fatura deverá estar obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais.

11.6.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da Contratada, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

11.7. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

11.8. A nota fiscal eletrônica ou instrumento de cobrança equivalente, acompanhada da documentação exigida no item 11.6, deverão ser encaminhadas para o Departamento de Manutenção e Infraestrutura Predial - MIP, em formato digital, por meio do Sistema Eletrônico de Informações – SEI, utilizando-se a funcionalidade de Peticionamento / Processo novo (devendo ser utilizado um processo distinto para cada pagamento), mediante cadastro prévio como usuário externo, disponível no link: https://www.crfsp.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12947.

11.8.1. Excepcionalmente, mediante justificativa formal e aprovação prévia da Administração Pública, será admitido o envio da documentação por e-mail ou em meio físico.

11.9. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I = (6 / 100) / 365	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%

11.10. O Contratante efetuará o pagamento o objeto contratado somente a Contratada, vedada sua negociação com terceiros.

11.11. O CRF-SP é considerado consumidor final e, portanto, deverá a Contratada obedecer ao fixado no artigo. 155, § 2º, inciso VII, da Constituição Federal do Brasil.

12. REAJUSTE

12.1. Os preços são fixos e irreajustáveis tendo em vista tratar-se de entrega única.

13. GARANTIA DE EXECUÇÃO

13.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução em razão do caráter de pronta entrega e pagamento da contratação em tela.

14. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

14.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

ii. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iii. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv. Multa:

1. moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

2. compensatória de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução parcial do objeto.

3. compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

4. Na aplicação da multa, serão aplicadas as devidas correções monetárias mediante uso do índice INPC/IBGE, levando-se em conta o mês do fato gerador como data inicial, e o último índice divulgado como data final, no momento da aplicação da penalidade, nos termos do artigo 16, §4º da Portaria CRF-SP nº 03, de 2024.

14.3. A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

14.4. Todas as sanções previstas neste contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

14.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento

eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

14.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

14.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

14.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

14.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

14.12. A aplicação das sanções previstas neste edital realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante, observando-se o procedimento previsto na Portaria CRF-SP nº 03, de 2024, **inclusive quanto uso de intimações eletrônicas por meio do Sistema de Eletrônico de Informação - SEI**.

15. ORIENTAÇÕES ANTICORRUPÇÃO

15.1. Na execução do presente contrato é vedado ao Contratante e a Contratada e/ou a empregado seu, e/ou a preposto seu, e/ou a gestor seu:

a) Prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público ou a quem quer que seja, ou a terceira pessoa a ele relacionada;

b) Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar o presente contrato;

c) Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações do presente contrato, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;

d) Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro do presente contrato; ou

e) De qualquer maneira fraudar o presente contrato; assim como realizar quaisquer ações ou omissões que constituam prática ilegal ou de corrupção, nos termos da Lei nº 12.846/2013 (conforme alterada), do Decreto nº 8.420/2015 (conforme alterado), do U.S. Foreign Corrupt Practices Act de 1977 (conforme alterado) ou de quaisquer outras leis ou regulamentos aplicáveis (“Leis Anticorrupção”), ainda que não relacionadas com o presente contrato.

15.2. Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

16. FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIOS E REGIME DE EXECUÇÃO

16.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

16.1.1. O Contratado será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, na

forma eletrônica, que culminará com a seleção da proposta de MENOR PREÇO POR GRUPO / ITEM.

16.2. Forma de fornecimento

16.2.1. O fornecimento do objeto será integral.

16.3. Exigências de habilitação

16.3.1. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

HABILITAÇÃO JURÍDICA:

16.3.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

16.3.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;

16.3.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

16.3.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

16.3.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

16.3.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

16.3.8. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

16.3.9. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas,

conforme o caso;

16.3.10. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

16.3.11. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

16.3.12. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

16.3.13. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

16.3.14. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

16.3.14.1. No caso de licitante com sede no estado de São Paulo, deverá apresentar a Certidão Negativa de Débitos Inscritos na Dívida Ativa, expedida pela Procuradoria Geral do Estado (PGE), com efeitos de atestar a regularidade perante a Fazenda do Estado de São Paulo (Portaria CAT 20, de 01/04/1998).

16.3.14.2. Para licitantes com sede em outros Estados da Federação, a emissão da certidão deverá observar a legislação vigente e os procedimentos do respectivo órgão emissor, no que tange à prova de regularidade com a Fazenda Estadual (Débitos Tributários da Dívida Ativa do Estado).

16.3.15. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

16.3.16. Caso os documentos listados para regularidade fiscal, social e trabalhista não apresentem prazo de validade expresso, considerar-se-á o prazo de 6 (seis) meses, contados de sua emissão.

16.3.17. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

17. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

17.1. O custo estimado total da contratação é de **R$ 15.283,54 (quinze mil duzentos e oitenta e três reais e cinquenta e quatro centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela abaixo:

GRUPO 1 - MATERIAL ELÉTRICO				
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**QUANT.**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**
1	CABO ELÉTRICO - 2,5MM² - AZUL	200 m	R$ 2,70	R$ 540,00
2	LÂMPADA LED - T8 18W	100 unid	R$ 11,05	R$ 1.105,00
3	PAINEL LED SOBREPOR - 40x40	75 unid	R$ 84,90	R$ 6.367,50
4	PAINEL LED SOBREPOR - 30X30 - 24W	18 unid	R$ 24,50	R$ 441,00
5	PAINEL LED SOBREPOR - 20x20 - 18W	15 unid	R$ 12,30	R$ 184,50
6	LUMINÁRIA DE EMERGÊNCIA	30 unid	R$ 28,87	R$ 866,10
7	MÓDULO DE TOMADA ELÉTRICA - 2P+T 20A - BRANCO	5 unid	R$ 17,96	R$ 89,80
8	MÓDULO DE TOMADA ELÉTRICA - 2P+T 10A - BRANCO	10 unid	R$ 22,85	R$ 228,50
9	MÓDULO DE INTERRUPTOR ELÉTRICO SIMPLES	5 unid	R$ 14,90	R$ 74,50
10	ESPELHO 4X2" - PARA 1 MÓDULO	15 unid	R$ 7,96	R$ 119,50
11	ESPELHO ELÉTRICO - 4x2" - 3 MÓDULOS	5 unid	R$ 7,61	R$ 38,05
12	ESPELHO ELÉTRICO - 4X2" - CEGO	5 unid	R$ 4,86	R$ 24,30
13	SUPORTE ELÉTRICO - 4X2"	25 unid	R$ 2,32	R$ 58,00
VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO				**R$ 10.136,65**

GRUPO 2 - MATERIAL HIDRÁULICO				
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**QUANT.**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**
14	SIFÃO UNIVERSAL - BRANCO	10 unid	R$ 6,80	R$ 68,00
15	ASSENTO SANITÁRIO UNIVERSAL BRANCO	15 unid	R$ 21,86	R$ 327,90
16	KIT COMPLETO UNIVERSAL CAIXA ACOPLADA	10 unid	R$ 83,00	R$ 830,00
VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO				**R$ 1.225,90**

GRUPO 3 - NIVEL E TRIPÉ				
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**QUANT.**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**
17	NÍVEL A LASER AUTOMÁTICO PROFISSIONAL	1 unid	R$ 854,47	R$ 854,47
18	TRIPÉ TELESCÓPICO PARA NÍVEL A LASER	1 unid	R$ 266,52	R$ 266,52
VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO				**R$ 1.120,99**

ITEM 19 - RODAPÉ				
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**QUANT.**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**
19	RODAPÉ POLIESTIRENO - 10CM	80 m	R$ 35,00	R$ 2.800,00
VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO				**R$ 2.800,00**

18. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

18.1. As despesas decorrentes da presente contratação estão consignados no orçamento para o exercício 2026 e correrão à conta de Material e Acessório para Manutenção e Conservação de Bens Moveis e Imóveis – Elemento de despesa: 6.2.2.1.1.01.04.04.001.003.

18.2. Sempre que a vigência do contrato ultrapassar a vigência dos respectivos créditos orçamentários, será providenciada dotação orçamentária própria para cobertura do período subsequente.

19. DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1. Os casos omissos serão decididos pela Contratante, segundo as disposições contidas estabelecidas na Lei nº 14.133/2021, e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

ANEXO II – PROPOSTA COMERCIAL

RAZÃO SOCIAL:		
ENDEREÇO:		
BAIRRO:		**CEP:**
MUNICÍPIO:		**ESTADO:**
CNPJ/MF:	**INSCRIÇÃO ESTADUAL:**	**INSCRIÇÃO MUNICIPAL:**
TELEFONE:	**E-MAIL:**	
REPRESENTANTE LEGAL:		
CARGO/FUNÇÃO:		

Pelo presente apresentamos proposta comercial visando a "aquisição de materiais elétricos, hidráulicos e rodapés, destinados à conservação e manutenção de bens móveis e imóveis e à formação de estoque no almoxarifado, bem como de nível a laser com tripé, destinado às atividades do Departamento de Manutenção e Infraestrutura Predial do Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo - CRF-SP", conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Aviso de Dispensa Eletrônica e seus anexos:

ITEM	QUANT	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
		O proponente **deverá** inserir a descrição completa do item ofertado Marca: ..... Modelo:		

a) Prazo de Entrega: .....

b) Prazo de Pagamento: .....

c) Validade de proposta: .....

1. Declaramos que em nossos preços, estão incluídos todos os custos diretos e indiretos para perfeita execução dos serviços, inclusive, das despesas com autenticação de documentos e reconhecimento de firma em cartório, materiais e/ou equipamentos, mão-de-obra especializada ou não, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da Legislação Social Trabalhista Previdenciária, da infortunística do trabalho e responsabilidade civil por qualquer dano causado a terceiros, sem que nos caiba, em qualquer caso, direito regressivo em relação ao CRF-SP.

2. Declaramos para os devidos fins e efeitos de direito, sob as penalidades cabíveis, que inexiste qualquer fato superveniente impeditivo ou modificativo de suas condições, que a torne ou tornaria inabilitada para participar do supra mencionado certame, bem como que se compromete a declará-los na hipótese de sua ocorrência.

3. Declaramos, expressamente, que temos pleno conhecimento de todos os aspectos relativos à dispensa e que concordamos e nos sujeitamos às normas e condições estabelecidas no Aviso de Dispensa Eletrônica e seus anexos, bem como a Lei nº 14.133/2021 e suas posteriores alterações.

DADOS BANCÁRIOS

Banco: ..... Agência: ..... Conta: .....

(Local), ... de ..... de 20....

.....

(assinatura, devidamente identificada)

PREENCHIDA EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA E ASSINADA POR SEUS REPRESENTANTES LEGAIS, CONFORME ATO CONSTITUTIVO, OU PROCURADOR(ES) DEVIDAMENTE HABILITADO(S) (ANEXAR PROCURAÇÃO)

SIGNATÁRIOS

ASSINADO POR:

Elizabeth Adaniya - Coordenadora - DLC

ELABORADO POR:

Alexandre Pires Omena - Agente Administrativo - DLC

Priscila Storti Castro - Arquiteta - MIP

APROVADO POR:

Silvia Cassia de Paiva Iurky - Gerente - GGA

Leandro Funchal Pescuma - OAB/SP nº 315.339 - Consultoria Jurídica

Documento assinado eletronicamente por **Priscila Storti Castro**, **Arquiteta**, em 23/11/2026, às 10:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Leandro Funchal Pescuma**, **Procurador**, em 23/11/2026, às 13:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Silvia Cassia de Paiva Iurky**, **Gerente Geral**, em 23/11/2026, às 14:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Pires Omena**, **Agente Administrativo**, em 23/11/2026, às 14:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Elizabeth Adaniya**, **Coordenadora**, em 23/11/2026, às 15:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade do documento pode ser conferida clicando **aqui** informando o código verificador **1611715** e o código CRC **C3E997E3**.